



TRANSCIDADANIA: ANALISANDO UMA POLÍTICA TRANS-FORMADORA

Palavras-Chave: POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREGABILIDADE , TRANSGÊNEROS

Autores:

LUI LUSTOSA RIBEIRO CIETO, FCA – UNICAMP

Prof^a. Dr^a. ANGELA CHRISTINA LUCAS (orientadora), FCA - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O mercado de trabalho pode ser um ambiente de exclusão e preconceito, principalmente para aquelas pessoas que não se encaixam na norma da sociedade. Esse costuma ser o caso das pessoas trans, que enfrentam diversos desafios para se inserirem no mercado de trabalho formal.

A exclusão daquele que foge à “norma”, ou neste caso aquele que não é cisheteronormativo e/ou branco, pode ser explicado através do conceito de biopolítica. De acordo com Foucault (1978), a biopolítica é uma dos principais modos de controle do Estado moderno e consiste no controle dos corpos pela sociedade capitalista com o intuito de manter a força de produção. Dentro desse controle, há a imposição de um “modo de existir” que deve ser seguido por todos. Aqueles que não se encaixam nesse modo padronizado, como pessoas transgêneras, são considerados desvios a serem corrigidos.

Assim, pode-se dizer que a biopolítica é uma política sobre a vida, mas não necessariamente “da vida”, de modo que essa gera morte para as populações indesejáveis. Aqui, devem ser consideradas mortes diretas (assassinatos) e indiretas, como exposição à fome, doenças, violência e outros fatores de risco. Os indesejáveis, ou seja aqueles que não são homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais, são reduzidos a uma condição de “quase-humanos”, de maneira que seus corpos podem ser assassinados e violentados sem grandes consequências para seus agressores (MACEDO, 2017). O Dossiê “Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021” comprova a tese de Foucault, ao registrar 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil neste ano, sendo 81% das vítimas pretas ou pardas. (ANTRA, 2021)

Devido a tais políticas de extermínio e empobrecimento, esses corpos têm um alto índice de evasão escolar e desemprego, entrando assim para o “ciclo vicioso da pobreza”: o indivíduo não consegue um emprego por não ter formação e não consegue estudar pois não tem tempo, uma vez que precisa se sustentar com subempregos.

Romper com as estruturas desse ciclo pode ser muito difícil, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro contemporâneo tem uma estrutura desigual, mantendo milhares de trabalhadores na informalidade. Originado no século XIX por um processo de exclusão racista dos negros recém-libertos, o mercado informal, sustenta a economia brasileira com seus serviços de baixo custo e é composto majoritariamente pelas populações “indesejáveis”(THEODORO, 2008). Nesse sentido, estima-se que 58% da população trans é composta por trabalhadores informais (Cedec, 2021).

Visto a situação exposta acima de extrema vulnerabilidade social que a população trans brasileira se encontra, entende-se a importância de ações como o Transcidadania, política pública que

visa proporcionar oportunidades à travestis, mulheres e homens trans para que eles possam competir de forma mais justa no mercado de trabalho.

METODOLOGIA:

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma avaliação da política pública Transcidadania e debruçar-se sobre a questão: Se e como o Transcidadania contribui para inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho?

No processo de decidir meu objeto de pesquisa procurei por algo que fugisse das notícias trágicas e dos estudos limitantes que costumamos ver sobre a população trans. Eu queria estudar uma iniciativa positiva e transformadora, de preferência nacional e do setor público. Foi então que descobri o programa Transcidadania da cidade de São Paulo que atendia a todos esses critérios e ainda tinha dissertações, artigos e materiais publicados por pesquisadores e pela própria prefeitura.

Devido ao fácil acesso a esses materiais, optei por seguir uma metodologia de análise documental. Desse modo, foram selecionadas cerca de 30 matérias para leitura, incluindo relatórios, dissertações, artigos, notas da prefeitura, entre outros. Para a introdução foi realizada uma pesquisa bibliográfica, focando em teorias feministas queer e anti-racistas para contextualizar a questão da população trans no Brasil e do mercado de trabalho. No desenvolvimento, utilizei principalmente duas dissertações para me orientar neste processo, escritas por Almeida (2020) e Santana (2017). Ademais, obtive informações através da troca de e-mails com a Secretaria de Direitos Humanos de março a junho de 2023, e de um pedido de acesso à informação pelo portal da transparência da Prefeitura de São Paulo realizado em maio do mesmo ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Seguindo a metodologia acima, a iniciação científica foi dividida da seguinte forma com os respectivos resultados:

- 1. Apresentação e Metodologia** - Explicação acima.
- 2. Introdução** - Contextualização do mercado de trabalho brasileiro e da posição das pessoas trans nesse. A tabela abaixo é uma síntese dos dados levantados sobre o assunto.

Pessoas Trans no Mercado de Trabalho Brasileiro	
Situação de Trabalho	A maioria das pessoas trans não possuem emprego formal, sendo que 58% delas fazem parte do setor informal. (Cedec, 2021) ¹
Tipo de Ocupação	46% das travestis e 36% das mulheres trans tem como principal ocupação a prostituição. As ocupações entre homens trans e não-binários variam, porém se mantêm entre aquelas tipicamente de baixa remuneração. (Cedec, 2021)
Transfobia no trabalho	71,5% das transfemininas já foram discriminadas ou demitidas de um trabalho devido a sua identidade de gênero (Rede Trans, 2022)
Necessidades para se inserir no mercado de trabalho	As pessoas trans definem como principais condições necessárias para exercer a atividade econômica que desejam, respectivamente: dinheiro para investir, realização de curso e menos preconceito. (Cedec, 2021)

¹ Os dados coletados pelo Cedec se referem exclusivamente a cidade de São Paulo, enquanto os da Rede Trans foram coletados a nível nacional.

3. O Programa Transcidadania - Esta seção analisou o programa em si, sendo subdividida nos seguintes subtópicos:

a) O que é o Transcidadania?

O Transcidadania é uma política pública da prefeitura de São Paulo que tem como objetivo “resgatar” a cidadania de travestis, mulheres trans e homens trans em situação de vulnerabilidade social. O programa funciona por meio de transferência de renda através de uma bolsa auxílio, formação através do Ensino de Jovens e Adultos e cursos profissionalizantes e desenvolvimento da cidadania através de ações como o curso de Direitos Humanos.

b) Formulação

Durante a sua formulação foram definidos três eixos para o programa. O primeiro, mais autonomia, daria-se através de uma parceria com o Programa Operação Trabalho que permitiu a realização de transferência de renda aos participantes. O segundo, mais oportunidades, focado na preparação para o mercado de trabalho. Inclui a oportunidade de completar a educação básica (ensino fundamental e/ou médio) através da Educação de Jovens e Adultos (EJA); realização de cursos profissionalizantes através do Pronatec Transcidadania; curso de preparação para o mundo do trabalho; e realização de estágio. E o último, mais cidadania, objetiva o desenvolvimento de uma consciência cidadã. Se deu no programa através de ações culturais, do curso Cidadania, Direitos Humanos e Democracia e outras ações

c) Implementação

O Transcidadania foi implementado em 2015 e desde então já passou por diversas mudanças, algumas positivas e outras mais polêmicas. Nesta seção deu-se ênfase a implementação dos dois eixos mais relacionados à temática da pesquisa: “Mais Autonomia” e “Mais Oportunidades”.

Sobre o primeiro eixo, observou-se que o valor das bolsas vem aumentando gradualmente ao longo dos anos do programa, permitindo maior eficácia deste. Em 2015 o valor era de R\$827,40 e hoje, 2023, é R\$1.386,00. Porém esse ainda é insuficiente para que o participante mantenha uma vida digna e se dedique integralmente as atividades do Transcidadania sem precisar recorrer a rendas extras, como prostituição e subempregos.

Sobre o eixo “Mais Oportunidades”, foi possível perceber que a maioria dos ex-beneficiários do programa não conseguiram terminar o ensino médio ao término de seu vínculo. Em 2019, ano mais recente cujos dados foram encontrados, apenas 8% das pessoas desligadas do programa o fizeram (BARRETO, 2020). Essa questão deve-se principalmente à curta duração da matrícula (dois anos), incapaz de sanar altos graus de analfabetismo. Contudo, através de relatos encontrados na dissertação de Santana (2017), deve-se levar em conta a importância da elevação do grau de escolaridade dos indivíduos, mesmo que estes não tenham conseguido o diploma de ensino médio ao final dos dois anos, ainda assim tiveram suas vidas transformadas ao aprender a ler, interpretar textos e vislumbrar um futuro melhor através da educação.

Quanto aos cursos profissionalizantes a perspectiva é mais positiva, pois estes conseguem ser realizados durante a duração do programa. Em 2022, foram oferecidos cursos relacionados à postura profissional, soft skills, matemática, gramática, entre outros (Secretaria Municipal de Direitos Humanos, 2023). Porém observou-se que os cursos são muito generalistas e pouco diversos. Faltam atividades mais específicas para cada profissão e cursos técnicos. Uma das razões dessa pouca variedade, é o fato da parceria com o Pronatec nunca ter se concretizado. Além disso, segundo Santana (2017), os estágios não são totalmente realizáveis devido também a curta duração do programa e a falta de articulação da SMDH com outras instituições. Porém, a questão dos estágios ainda está em análise, pois estamos aguardando uma resposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, responsável pelo POT Transcidadania.

d) Perfil dos beneficiários

Para responder a questão “Quais pessoas trans são impactadas pelo Transcidadania?”, entrei em contato com a SMDH que me forneceu dados sobre o gênero, etnia, escolaridade, idade e local

onde foram atendidos os beneficiários. Assim, foi possível traçar o seguinte perfil do público do programa: são em sua maioria mulheres trans e travestis, pretas e pardas, sem ensino fundamental completo, com idade entre 18 e 28 anos e com residência bem distribuídas entre as zonas da cidade de São Paulo (Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, 2023).

4. Conclusão - a conclusão da pesquisa ainda está em andamento uma vez que estamos aguardando a resposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho para encerrar a coleta de dados.

CONCLUSÕES:

Através do que foi analisado até o presente momento, é possível concluir que o Transcidadania é um programa de extrema importância, formulado e implementado com muita sensibilidade e estudo prévio. O programa foi capaz de transformar positivamente a vida de centenas de pessoas trans que passaram por ele. Desse modo, devemos entender que a continuação dessa política pública é necessária, contudo ela precisa de melhorias e mais investimento para que consiga de fato alcançar os objetivos que se propõe.

A bolsa auxílio do transcidadania necessita de um aumento em seu valor, o tempo do vínculo do beneficiário com o programa poderia ser maior e a secretária municipal poderia realizar parcerias com instituições de ensino para ofertar maior variedade nos cursos profissionalizantes. Por fim, vale lembrar que esta é uma política pioneira no Brasil e apenas sua existência era impensável alguns anos atrás. Dessa forma, o Transcidadania precisa ser valorizado, aperfeiçoado e expandido.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2015.

BENEVIDES, Bruna G. **Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021**. ANTRA, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

THEODORO, Mário et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, Ipea, 2008.

DE MACEDO DUARTE, André. **Reler Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade**. DoisPontos, v. 14, n. 1, 2017

Dossiê: A Geografia dos Corpos Trans. Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2023.

ALMEIDA, Cecília Barreto de. **Transcidadania: trans-formando o cis-tema? A percepção de cidadania das pessoas trans beneficiadas pelo Programa em São Paulo**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020.

CHINAIRA, S. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1o mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2021.